

As ameaças da economia do excesso



Por **RICARDO ABRAMOVAY***

A economia do excesso está na raiz das doenças que mais matam no mundo, com ultraprocessados e uso indiscriminado de antibióticos na criação animal como principais vilões

1.

Produzir cada vez mais para uma população cujo consumo alimentar está na raiz das doenças que mais matam no mundo, esta é a marca fundamental de um sistema que se encontra sob contestação crescente, não só na comunidade científica e nas organizações da sociedade civil, mas também junto a setores expressivos dos investidores privados.

Relatório recente da *Planet Tracker*, apoiado pelo Mitsubishi UFJ Financial Group, o sétimo maior banco do mundo, com US\$ 2,8 trilhões de dólares em ativos, alerta para dois riscos a que se expõem atualmente os investidores no setor alimentar.

O primeiro se refere aos ultraprocessados. O estudo se apoia na metodologia NOVA, elaborada de forma pioneira pelo Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (NUPENS/FSP/USP) e que consagrou globalmente a classificação dos alimentos não apenas por seu teor nutricional e sim por seu grau de processamento.

O que está em questão não é a industrialização dos alimentos e sim a elaboração de produtos cuja composição tem um grau de artificialidade incompatível com o funcionamento saudável do sistema digestivo. São produtos viciantes, de alto teor calórico e baixo teor nutricional.

O estudo mostra que norte-americanos e britânicos têm nos ultraprocessados 60% de seu consumo calórico diário. O resultado é uma pandemia de obesidade, que atinge nada menos que 40% da população norte-americana. A obesidade, no mundo, em crianças e adolescentes (5 a 19 anos) passa de 1,9% em 1990 a 8,2% em 2022.

No Brasil, ela atingia 3,2% das pessoas nesta faixa etária em 1990 e passa a 15,5% em 2022. Um bilhão de pessoas no mundo vivem com obesidade, que é o vetor principal de doenças não transmissíveis (diabetes 2, doenças cardiovasculares, vários tipos de câncer e outros tipos de enfermidades que a pesquisa científica vem sistematicamente revelando) responsáveis por 42 milhões de mortes anuais e por gastos que chegam a 3,3% do PIB dos países da OCDE.

2.

O relatório da *Planet Tracker* mostra o caráter nefasto das campanhas publicitárias em torno de produtos

a terra é redonda

ultraprocessados, sobretudo nas redes sociais. O mercado de influenciadores (cujo faturamento anual passa de US\$ 1,7 bilhão em 2016 para US\$ 24 bilhões em 2024) é particularmente importante: segundo a análise de 400 vídeos de influenciadores voltados ao público infantil, 65% da publicidade incorporada em suas mensagens referiam-se à alimentação, com 91% deste total promovendo ultraprocessados. Dois terços das recomendações vindas de celebridades nos Estados Unidos apoiam alimentos e bebidas não saudáveis.

Os investidores podem se proteger contra os incontornáveis impactos desta verdadeira apologia à doença em seus ativos, apoiando a taxação de produtos nocivos à saúde e a rotulagem de advertência nas embalagens, estimulando mudanças na composição dos produtos e restrições tanto ao marketing quanto à colocação de artigos prejudiciais à saúde em prateleiras ao alcance de crianças.

Um box do relatório faz um “chamado à ação para os investidores”, do qual o primeiro item é: “incentivar as empresas a reduzirem sua dependência de alimentos ultraprocessados”. Além disso o trabalho denuncia os subsídios agrícolas globais de US\$ 650 bilhões, voltados fundamentalmente a grãos (cereais e óleos) e açúcar e constata que na alimentação saudável este tipo de apoio é raro.

Ao contrário das organizações que teimam em apontar as restrições preconizadas pelo estudo da *Planet Tracker* como obstáculos à inovação ou à livre concorrência, o relatório mostra que as empresas que se antecipam e se adaptam às mudanças regulatórias para uma alimentação saudável têm vantagem competitiva derivada da valorização de suas marcas e da confiança daí decorrente junto a seus consumidores.

3.

O segundo problema apontado no relatório da *Planet Tracker* é o uso em larga escala de antibióticos na criação animal (terrestre e aquática), que está origem de uma das mais importantes preocupações da Organização Mundial da Saúde: a resistência aos antimicrobianos, que resulta na emergência das superbactérias em ambientes hospitalares diante das quais os antibióticos conhecidos mostram-se cada vez mais ineficientes.

Estes riscos são exacerbados pela estagnação na descoberta de novos antibióticos. E, assinala o estudo, 73% dos antibióticos produzidos globalmente voltam-se a animais de criação industrial.

Trabalho recente publicado pela Cátedra Josué de Castro na revista científica *Redes* corrobora as conclusões do estudo da *Planet Tracker*. Antibióticos são, com imensa frequência, usados em substituição à boa higiene e a práticas que evitariam as contaminações. Além disso, eles são empregados tanto de forma preventiva como também para estimular o crescimento dos animais (sobretudo na avicultura e na suinocultura).

São práticas inerentes a uma concentração dos animais em espaços restritos que comprometem a dignidade e impõem estresse a seres dotados de inteligência, sensibilidade, capacidade comunicativa e de brincar e que só se viabilizam com o uso de produtos que ameaçam igualmente a saúde humana.

Mas será que os limites a estas práticas não ameaçam a oferta de produtos animais, cuja demanda é crescente? As medidas restritivas ao uso de antibióticos de forma preventiva e como fatores de crescimento, adotadas na União Europeia, não provocaram crise de abastecimento, respondendo, portanto, pela negativa a esta pergunta.

Além disso, é importante levar em conta algo verdadeiramente contraintuitivo: não só nos países mais ricos do mundo, mas também nos de renda média (como Brasil e China), o consumo de produtos animais é muito superior às necessidades metabólicas dos seres humanos, mesmo entre as camadas de baixa renda, como mostra trabalho que acaba de ser publicado na Revista de Saúde Pública por pesquisadores do NUPENS e da Cátedra Josué de Castro. Entre os 20% de

menor renda da população brasileira a proporção dos que apresentam déficit proteico não passa de 3%.

Estimular práticas produtivas que não se apoiem no estresse animal e evitem o uso em larga escala de antibióticos é mais eficiente para a saúde humana e para o meio ambiente que cultivar o mito de um mundo ameaçado pela carência de calorias e de proteínas. O que está em questão, como mostra o trabalho da *Planet Tracker*, são os riscos sociais, mas também financeiros, daquilo que, no caso dos ultraprocessados e dos produtos animais, pode e deve ser chamado de economia do excesso.

***Ricardo Abramovay** é professor titular da Cátedra Josué de Castro da Faculdade de Saúde Pública da USP. Autor, entre outros livros, de Infraestrutura para o Desenvolvimento Sustentável (*Elefante*). [<https://amzn.to/3QcqWM3>]

Publicado originalmente no jornal [Valor Econômico](#).